



HAL
open science

Dinâmicas e dimensões contemporâneas das mobilidades rural-urbanas na amazônia brasileira: uma comparação intersítios

Stéphanie Nasuti, Isabelle Tritsch, Bastien Beaufort, Marcelo Pires Negrao

► To cite this version:

Stéphanie Nasuti, Isabelle Tritsch, Bastien Beaufort, Marcelo Pires Negrao. Dinâmicas e dimensões contemporâneas das mobilidades rural-urbanas na amazônia brasileira: uma comparação intersítios. François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto. *Amazônias brasileiras, Situações locais e evoluções*, vol. 2 Análises temáticas, NUMA/UFPa, 2019, 978-85-88998-74-2. halshs-02354855

HAL Id: halshs-02354855

<https://shs.hal.science/halshs-02354855v1>

Submitted on 7 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

DINÂMICAS E DIMENSÕES CONTEMPORÂNEAS DAS MOBILIDADES RURAL-URBANAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA COMPARAÇÃO INTERSÍTIOS

S. Nasuti
I. Tritsch
B. Beaufort
M. Pires Negrão

Desde o período colonial, a estratégia de ocupação da região amazônica baseou-se na consolidação de uma rede urbana. A hierarquização do sistema urbano regional foi o fato da coroa portuguesa que, por esse meio, buscou organizar o povoamento bem como controlar o território, a exploração e exportação de recursos naturais (BECKER; STENNER, 2008). Mais tarde, com a economia da borracha, os assentamentos rurais passaram a conectar-se de forma mais direta com as cidades regionais, no intuito de escoar a produção. Esse movimento se intensificou nos últimos cinquenta anos, quando as políticas de integração nacional e de colonização buscaram incluir a Amazônia na estrutura nacional e assim contribuíram para reforçar sua dimensão urbana regional (BROWDER; GODFREY, 1997). A Amazônia registrou dessa forma as principais taxas de crescimento urbano do país no decorrer no século XX, popularizando a expressão “floresta urbanizada” (BECKER, 1985).

Hoje, a expansão das cidades representa um dos fenômenos mais marcantes da evolução dos modos de vida na região (PELUSO, 2015). Em parte, porque 71,5% da população são hoje em dia consideradas como urbana (TRITSCH; LE TOURNEAU, 2016) e, para a grande maioria das famílias rurais, as estadias urbanas constituem uma característica fundamental das estratégias residenciais adotadas (ELOY et al., 2014; ALEXIADES; PELUSO, 2015). Mesmo em regiões muito distantes, as territorialidades tradicionais se reconfiguram e, de forma cada vez mais comum, as residências estão dispersas

entre sítios urbanos e rurais (PINEDO-VASQUEZ; PADOCH, 2009; NASUTI et al., 2015a).

De modo aparentemente paradoxal, essas transformações ocorrem ao mesmo tempo que as populações rurais e tradicionais adquirem direitos fundiários sobre os espaços que ocupam. Assim, há uma trintena de anos que a crescente delimitação de assentamentos da reforma agrária, de territórios indígenas, quilombolas e de diversos tipos de unidades de conservação permitem garantir a legitimidade dessas populações sobre os territórios que ocupam de longa data (SANTILLI, 2005; BURSZTYN, 2010).

A reconfiguração dos modos de vida das populações rurais amazônicas é uma temática central na abordagem da sustentabilidade do programa de pesquisa DURAMAZ 2. O protocolo permite interrogar três fenômenos que, combinados, ajudam a ler as novas territorialidades: (i) uma dinâmica de urbanização acelerada que afeta o conjunto de cidades da região amazônica; (ii) a frequentação generalizada da cidade - ligada ao melhoramento dos meios de comunicação e uma maior facilidade de acesso aos serviços de educação e saúde, ao mercado, ao trabalho; (iii) a atribuição de direitos fundiários que reforça a ancoragem rural das populações beneficiárias.

Levando em conta as interações entre esses fenômenos, nosso objetivo é caracterizar a dimensão e as expressões das mobilidades das populações amazônicas entre zonas rurais e urbanas. Dito de outro modo, não tencionamos observar as manifestações clássicas do êxodo rural, as quais permanecem importantes no Brasil campestre (MAIA; BUAINAIN, 2015). Ao contrário, buscamos mostrar que, nas populações rurais amazônicas, as territorialidades verticais teorizadas por Milton Santos (2012) representam formas clássicas de ocupação e construção do espaço. Interessamo-nos, assim, pelos movimentos não lineares que participam da formação de práticas residenciais mistas e que permitem dar conta da complexidade das estratégias socioeconômicas das famílias. Nossa reflexão contribui, dessa forma, para romper com a visão dicotômica urbano-rural, problemática quando se trata de analisar a ocupação do espaço amazônico (BROWDER; GODFREY, 1997).

Ademais, buscamos testar a hipótese segundo a qual o tipo de dispositivo agrário garantidor da segurança fundiária dos grupos observados contribui para modelar as formas de mobilidade dos grupos em questão. Com efeito, em função do tipo de direito fundiário adquirido, as modalidades de ausência do território podem variar enormemente: em territórios regidos pela propriedade coletiva, os indivíduos devem geralmente negociar sua ausência junto ao grupo para conservar os direitos de acesso e uso dos recursos coletivos (MUTERSBAUGH, 2002; KLOOSTER, 2013; NASUTI et al., 2013; NASUTI et al., 2015b). Em contrapartida, supõe-se que tais arranjos não acontecem em sítios regidos pela propriedade individual.

Dessa forma, intenta-se verificar em que medida os arranjos fundiários podem interferir na circulação dos indivíduos. Em um contexto de dependência crescente à cidade, formulamos a hipótese de que, progressivamente, a mobilidade em direção aos centros urbanos é facilitada, até mesmo encorajada pela nova situação fundiária das populações rurais e indígenas.

Para tanto, num primeiro tempo, quantificaremos a frequência de circulações entre espaços rurais e urbanos dos habitantes dos sítios estudados no projeto DURAMAZ 2. Tais dados, associados aos motivos de deslocamentos, são importantes para medir o isolamento real das populações. Num segundo tempo, situaremos as mobilidades individuais no contexto familiar, a fim de compreender como se organizam as estratégias de acesso aos recursos. Com efeito, os limites de abordagens centradas em um só indivíduo foram sobejamente sublinhados pelo estudo de estratégias migratórias, afirmando-se a necessidade da passagem de uma unidade de análise individual a uma unidade coletiva (DUPONT; DUREAU, 1994), no caso o grupo doméstico. Por fim, haverá esforço para determinar as relações existentes entre os tipos de dispositivos fundiários e as práticas de mobilidade.

Os dados utilizados são hauridos das amostras do projeto DURAMAZ 2. Tais dados foram conseguidos por meio de questionários “indivíduos” e “moradias” e sofreram tratamentos específicos por meio do *software* Sphinx.

Lugar de nascimento dos indivíduos: reflexos das migrações ligadas à dinâmica regional de povoamento

Diferentes trabalhos contribuem para mostrar que as práticas migratórias na Amazônia tendem a evoluir, passando de um modelo baseado na mudança definitiva de residência, em escala inter-regional, para um modelo de mobilidade baseado na circulação em torno de um ponto de ancoragem (CAMPARI, 2005; NASUTI, 2010). A variação de paradigma liga-se à aquisição de direitos fundiários por parte das populações rurais, que dá a estas a garantia de poder fixar-se nos espaços que ocupam. Isso ocorre num contexto em que os “espaços livres se fecham”, o que conduz as populações rurais a repensarem suas estratégias para alcançar melhores condições de vida.

Numa análise preliminar ao estudo das mobilidades rural-urbanas, procuramos caracterizar os sítios estudados em função da origem do entrevistado. Partimos da premissa que os locais de origem diferem entre os tipos de sítios, e que isso pode se refletir nos padrões de mobilidade atuais. Para identificar tais padrões, utilizamos os dados recolhidos por meio do questionário individual do protocolo DURAMAZ 2, a partir do levantamento da história residencial dos entrevistados. Os dados foram classificados por sítio de pesquisa e cartografados com o *software* Philcarto.

Três padrões foram evidenciados (Figuras 1 e 2), que globalmente se inscrevem na diferenciação entre a “Amazônia das estradas” (ou do arco do desmatamento situado em frentes pioneiras ou pós-pioneiras, polarizados pela agricultura) e a “Amazônia dos rios” (ou seja, os sítios mais isolados, que funcionam ainda com base em atividades agroextrativistas), podendo-se distinguir:

a) os sítios localizados em frentes pioneiras recentes caracterizam-se por uma maior diversificação das origens dos residentes. É o caso, por exemplo, do PA Margarida Alves, em Rondônia onde, entre 176 indivíduos

interrogados, foram recenseadas 88 cidades de 12 estados, das quais quase a metade situada no sul do país. É também o caso de Juína (que apresenta origens espalhadas em 13 estados) e de Sorriso (41 municípios de origem, em 11 estados). Esses três sítios seguem o arco do desmatamento e as origens dos entrevistados são fortemente inscritas nos estados do Sul (Paraná e Santa Catarina) e Sudeste (São Paulo) (Figura 1);

b) os sítios localizados em frentes pioneiras hoje consolidadas (APA Igarapé Gelado e Resex Ciriaco) caracterizam-se por uma menor variação dos locais de nascimento dos migrantes, ainda que tais lugares sejam numerosos e distantes. Estes retraçam um outro grande eixo da colonização: um eixo leste-oeste para a Resex Ciriaco e, para a APA Igarapé Gelado, um eixo sul-norte associado a um eixo leste-oeste (Figura 2). Nesse sentido, esses dois sítios podem ser considerados como híbridos entre os padrões característicos dos sítios “agrícolas” e “extrativistas”;

c) os sítios pouco influenciados pelas dinâmicas de ocupação da colonização, que se caracterizam pela presença de indivíduos de origens muitos menos diferenciadas e muitos menos distantes, como é o caso dos habitantes da RDS Tupé (27 cidades de 4 estados), da RDS Iratapuru (18 cidades de 5 estados) e do PAE Chico Mendes (11 cidades de 4 estados). No caso da RDS Tupé, é interessante notar, comparando velhas e novas gerações, uma mudança no perfil dos habitantes: atualmente, a maioria nasceu fora da zona de referência tradicional.

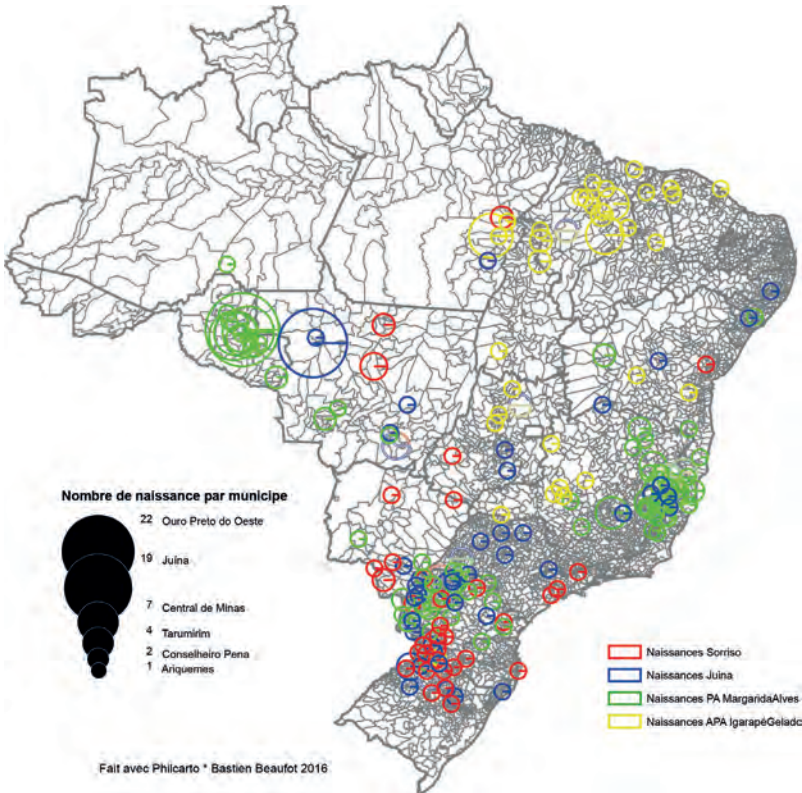


Figura 1: Lugares de nascimento dos entrevistados, perfil “agrícola”.
Fonte: Bastien Beaufort. Projeto DURAMAZ.

Os dois sítios que apresentam o menor padrão de migração são os de Mamirauá (10 municípios do próprio estado) e a aldeia Moikarako (5 municípios do próprio estado). A representação espacial dos locais de nascimento evidencia um padrão seguindo o rio Amazonas (Figura 2).

Verificou-se que os diferentes sítios se construíram, em proporções diferentes, a partir de práticas de migração de longa distância. A questão põe-se: Uma vez que a época das grandes migrações parece ter cumprido seu ciclo (CAMPARI, op. cit.), conservam esses sítios suas particularidades nas práticas de mobilidade atuais? Ou tendem para uma homogeneização das práticas?

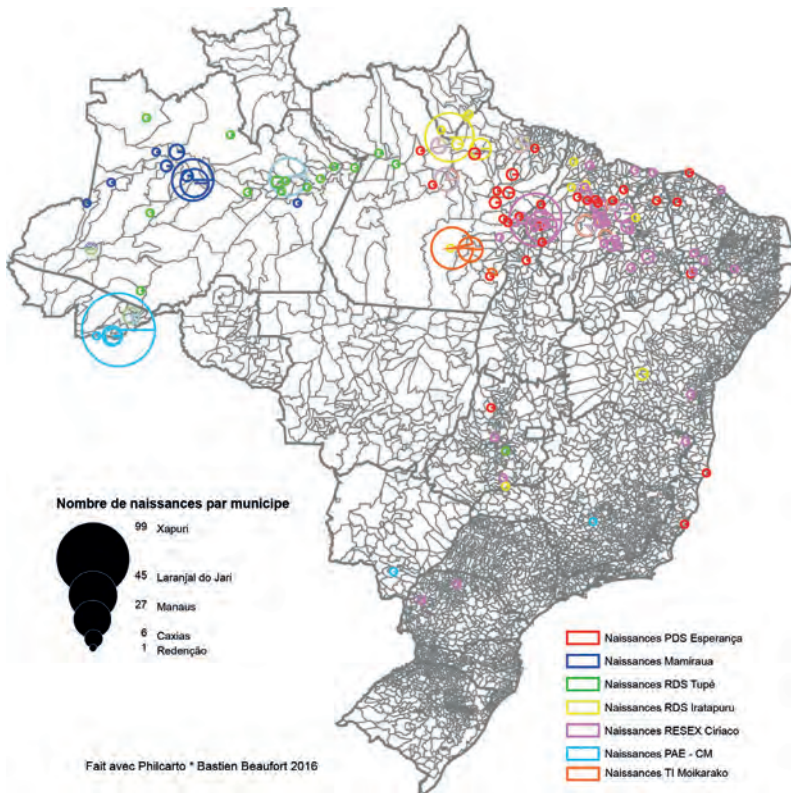


Figura 2: Lugares de nascimento dos entrevistados, perfil “agroextrativista”.

Foram contabilizados somente dez sítios representativos.

Fonte: Bastien Beaufort. Projeto DURAMAZ.

Mobilidades atuais: diferentes perfis de circulação individuais

Com a finalidade de medir a intensidade e o tipo de relações que os entrevistados mantêm com as cidades, quantificamos a circulação dos indivíduos. A metodologia adotada é a mesma desenvolvida por Nasuti et al. (op. cit.a). O princípio é quantificar o número de vezes que os entrevistados declaram ter ido à cidade cada mês no decorrer dos últimos dozes meses. É feita, em seguida, uma categorização a qual permite estabelecer quatro “perfis de circulação individuais” em função da frequência dos deslocamentos dos indivíduos entre suas residências e o centro urbano mais frequentado (Figura 3).

Perfil	Frequência de circulação entre sítio de residência e centro urbano	% de indivíduos correspondente a cada perfil
A	Circulação muito frequente (de cotidiana a semanal)	43,7
B	Circulação frequente (cada 15 dias)	19,8
C	Circulação média (um deslocamento por mês)	26,1
D	Circulação fraca (menos de uma vez por mês)	8,6

Tabela 1: Perfis de circulações individuais, considerando-se todos os sítios.

Fonte: Projeto DURAMAZ.

As pesquisas mostram que, considerando-se todos os sítios, 89,6% dos entrevistados vão à cidade ao menos uma vez por mês e menos de 10% dos indivíduos frequentam os centros urbanos apenas algumas vezes no ano. De forma relativamente surpreendente, o perfil mais “circulante” (A), ou seja, aqueles que vão à cidade todos os dias ou várias vezes por semana, é o mais representado (43,7% dos entrevistados). O segundo perfil mais comum (C) vai à cidade com frequência menor, mas regularmente, quer dizer, em torno de uma vez por mês (26,1%).

Uma vez as frequências de circulação estabelecidas, identificamos as variáveis nas quais são associados esses “perfis de circulação individuais”. Três variáveis mostraram uma relação estatística “muito significativa” com o “perfil de circulação individual”: uma variável contextual (o sítio objeto de estudo) e variáveis individuais (a posição do indivíduo no domicílio e os motivos do deslocamento). Essas variáveis foram analisadas separadamente.

- Análise dos perfis de mobilidade em função dos sítios estudados: o papel da acessibilidade dos territórios

Três sítios distinguem-se por uma grande proporção de indivíduos de intensa circulação: o PA Juína (90,5% dos entrevistados), a APA Igarapé Gelado (76,8%) e o sítio Sorriso Vivo (71,4%). Tais sítios, surgidos de frentes pioneiras relativamente recentes, são desservidos por estradas e mais próximos de um centro urbano acessíveis a menos de 30 minutos por transporte coletivo.

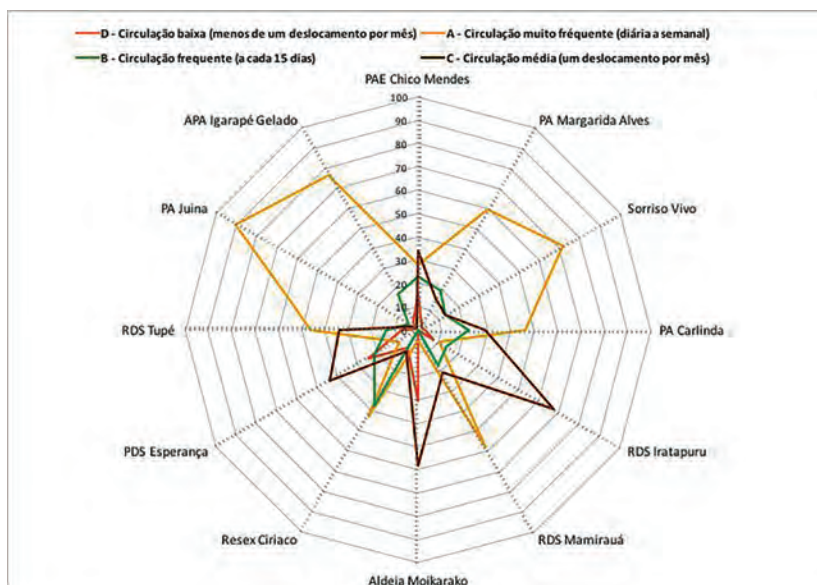


Gráfico 1: Distribuição de perfis individuais de circulação por sítio.
Fonte: Projeto DURAMAZ.

No entanto, excetuados os sítios com difícil acesso (a RDS Iratapuru, a aldeia de Moikarako e o PDS Esperança), a maioria dos indivíduos circula intensamente com frequências que vão do deslocamento cotidiano ao deslocamento semanal. Mesmo nos sítios mais recuados, a maioria dos indivíduos vai à cidade ao menos uma vez por mês. Embora circulem relativamente pouco, os habitantes mantêm, todavia, relações regulares com a cidade, o que permite relativizar as condições de isolamento e de acesso à informação sob as quais vivem essas populações.

- Análise dos perfis de mobilidade em função da posição dos indivíduos no domicílio

Excetuados os aspectos ligados às condições de isolamento ou de acessibilidade dos sítios estudados, quais são as variáveis que interferem nas frequências de circulação dos indivíduos? Procedemos a uma análise fatorial

das correspondências, feita com o *software* Sphinx, incluindo as variáveis seguintes: perfis individuais de circulação, posição do indivíduo no domicílio (responsável ou dependente), sexo e motivos que levam à cidade.

Embora certas variáveis pareçam independentes, quatro grandes perfis emergem:

a) o grupo das “chefes de família mulheres” que vai à cidade, sobretudo, para retirar o dinheiro provindo de benefícios sociais, fazer compras ou devido a um problema de saúde. Elas circulam com uma frequência média (uma vez por mês) ou um pouco mais intensamente (cada 15 dias);

b) o grupo dos “chefes de família homens” circula com frequência muito elevada (mais de uma vez por semana) ou elevada (cada 15 dias). Esses deslocamentos estão ligados à venda de produtos agrícolas, motivos profissionais, engajamento associativo ou para fazer compras;

c) o grupo que mais circula é o dos “dependentes do sexo masculino”, que vai à cidade várias vezes por semana, para divertir-se, fazer esporte, trabalhar e estudar;

d) por fim, o perfil do grupo “dependentes do sexo feminino” é um pouco menos nítido, a meio caminho entre o comportamento dos jovens homens (de alta circulação) e o das “mulheres chefes de família” (circulação média ou fraca). O fato de estudar parece ser aqui um elemento determinante, explicando a inscrição em um perfil ou em outro: aquelas que vão à cidade para estudar inscrevem-se em um perfil de circulação muito frequente.

Esses dados harmonizam-se com os resultados publicados por Nasuti et al. (op. cit. a, op. cit. b), nos quais foram estudadas as mesmas variáveis junto aos grupos quilombolas do Oeste do Estado do Pará. Os autores concluem em favor da existência de uma complementaridade de funções individuais no ambiente doméstico, que se reencontra na análise das circulações representadas na amostra DURAMAZ 2.

Com efeito, observam-se perfis diferenciados no seio das famílias, ligados à distribuição de atividades. Certas funções são bem específicas, seja relativamente ao gênero, por exemplo, os lazeres - esporte, diversão,

passeios - são mais comuns no universo masculino, seja relativamente ao papel doméstico - os chefes de família, homens e mulheres, vão à cidade fazer compras, receber benefícios sociais, participar das reuniões associativas, trabalhar ou frequentar cultos, ao passo que os estudos são característicos dos deslocamentos de pessoas ainda dependentes.

Estratégias de mobilidade diferenciadas na escala dos domicílios

Com o intuito de compreender se os comportamentos dos indivíduos se inscrevem em uma estratégia familiar, convém mudar de escala e reagrupar essas mobilidades, a fim de analisá-las na escala dos domicílios. Como essa diversidade de perfis é harmonizada no ambiente doméstico?

▪ Combinação dos perfis de mobilidades individuais nos domicílios

Para proceder à análise, excluimos da amostra as casas habitadas por uma só pessoa, pois elas não poderiam logicamente ser consideradas numa reflexão sobre as combinações de mobilidades no seio familiar. Ademais, concentramo-nos em 7 sítios com respeito aos quais os dados sobre as mobilidades são mais fiáveis. A amostra estudada é, portanto, de 268 casas.

Agrupamos os perfis individuais por domicílio e, num primeiro tempo, diferenciamos os ambientes que associam indivíduos com perfis de circulação similares dos ambientes que combinam indivíduos com comportamento circulatórios diferentes. Deu-se a ver que, considerando-se todos os sítios, 66% dos domicílios combinam perfis de circulação individuais diferentes. Quais são essas combinações?

Entre os domicílios compostos de perfis similares, recensearam-se essencialmente indivíduos que circulam muito frequentemente (associação de perfis A+A, 51,6%). Em seguida, domicílios onde os dois membros partem para a cidade uma vez por mês (perfis C+C, 33,3%) e, por fim, alguns domicílios onde os indivíduos circulam de forma frequente, ou seja, a cada 15 dias (perfis B+B, 11%). A configuração em que o conjunto de membros da

casa circularia pouco (perfis D+D) é quase inexistente e representa menos de 5% desse subconjunto.

Isso implica que os indivíduos que circulam pouco (os quais, lembremos, representam 9,2% dos indivíduos interrogados) são, em sua grande maioria, associados a outros indivíduos que, por sua vez, vão mais frequentemente até à cidade. Desse conjunto, a maior parte combina-se com indivíduos de circulação média (42,2%). O perfil de domicílio que unicamente associa indivíduos que circulam pouco a indivíduos de intensa circulação é relativamente pouco representado (perfil A+D, 15,6%), mas se torna mais comum quando outros membros que circulam com frequência média ou elevada são incluídos (perfis ABCD, ACD ou ABD, 24,4%).

▪ Análise dos perfis de domicílios segundo as modalidades de propriedade dos sítios: coletiva ou individual

Buscamos associar os perfis circulatórios dos domicílios ao tipo de dispositivo fundiário que caracteriza o sítio de inserção. O objetivo é poder confrontar os resultados com a literatura que aborda as mobilidades sob o ângulo dos arranjos institucionais. Nesses trabalhos, as regras associadas ao estatuto fundiário teriam uma influência sobre as frequências e estratégias de mobilidade elaboradas em escala doméstica.

Para tanto, os sítios foram categorizados em função da modalidade fundiária: uma categoria “coletiva” que agrupa as áreas protegidas (Resex Ciriaco, RDS Iratapuru, RDS Tupé) e os assentamentos agroextrativistas (PAE Chico Mendes); uma categoria “individual” que reúne os assentamentos clássicos da reforma agrária (PA Margarida Alves, PA Carlinda) e; uma modalidade específica de unidade de conservação, a APA Igarapé Gelado. O tipo de dispositivo fundiário (coletivo ou individual) tem uma incidência sobre as combinações de mobilidades nos domicílios?

A análise mostra que, nos sítios estudados, a distinção entre sítios coletivos e individuais não é significativa. Os perfis que combinam diferentes comportamentos de mobilidade são distribuídos de maneira relativamente

homogênea nos dois tipos fundiários, sejam eles individuais ou coletivos, embora ligeiramente mais numerosos nos sítios coletivos.

Tipo de sítio	Perfis combinados		Perfis idênticos	
	N	%	N	%
Coletivo	107	69,0	48	31,0
Individual	70	61,9	43	38,1

P=22,6%; chi2 = 1,46; ddl = 1 (NS) /

A RELAÇÃO NÃO É SIGNIFICATIVA

Tabela 2: Perfis de circulação dos domicílios por tipo de modalidade fundiária.

Fonte: Projeto DURAMAZ.

Discussão

Os deslocamentos que visam a uma mudança permanente ou semipermanente de residência foram característicos de um período específico da história da Amazônia, aquele das frentes de colonização e de povoamento. É essa tendência que se reflete na diversidade das origens de nossos entrevistados. Embora continuem a existir, essas migrações, hoje em dia, perdem em importância em favor de movimentos temporários, de curta duração e de menor distância (PACHECO; PATARRA, 1997; HOGAN, 1998; BRITO, 2000; MATOS; BAENINGER, 2001; MAIA; BUAINAIN, op. cit.). Assim, as dinâmicas de mobilidade ganham em complexidade nas zonas rurais e notadamente na região Norte, onde os percursos de migração e de mobilidade alternam frequentemente destinações rurais e urbanas (MOURA; MOREIRA, 1997; CUNHA, 2002; CAMPARI, op. cit.).

Essa vitalidade das práticas de mobilidade reflete-se nos resultados de DURAMAZ 2, os quais atestam, considerando-se todos os sítios, que a circulação entre cidade e campo se tornou frequente. Em escala individual, a maior parte dos entrevistados (90%) frequenta a cidade ao menos uma vez por mês, sendo que os deslocamentos cotidianos ou plurisemanais correspondem a 40%.

Mais que nunca, a evolução dos modos de vida amazônicos está associada à expansão urbana. As estadas na cidade, bem como o acesso a uma residência urbana, tornaram-se características importantes das estratégias residenciais, econômicas e sociais das famílias, desempenhando um papel tão considerável quanto a ancoragem rural.

Nossas análises mostram que dois grandes tipos de variáveis parecem orientar os deslocamentos dos indivíduos. O primeiro é o das variáveis contextuais - ligadas essencialmente ao sítio estudado e à sua acessibilidade; o segundo é o das variáveis individuais, entre as quais as mais significativas são o sexo, a posição no seio familiar (responsável pela casa ou dependentes) e os motivos de deslocamentos para a cidade.

Três perfis distintos emergem, os quais associam uma posição-tipo no seio familiar a atividades realizadas na cidade. Esses perfis sugerem, de um lado, uma distribuição dos papéis e das funções no ambiente doméstico, notadamente em razão do sexo e da idade. Por outro lado, esses papéis e funções, têm incidência sobre as práticas de mobilidade dos indivíduos. As mulheres responsáveis pelo domicílio, cujos motivos de deslocamento são, sobretudo, associados ao bem-estar da casa, são menos móveis que os cônjuges, cujos deslocamentos dizem respeito à segurança econômica do domicílio ou a aspectos institucionais (especialmente o engajamento associativo). Os jovens do sexo masculino, sem terem ainda assumido responsabilidades familiares, são o grupo mais móbil em função de motivos pessoais ligados essencialmente ao lazer.

Estudar constitui um forte vetor de deslocamento entre os jovens, moços e moças juntos. Os estudos contribuem em aumentar a frequência dos deslocamentos para banalizar o contato com a cidade e reforçam a aptidão desses jovens para evoluir no universo urbano. Nesse sentido, a presença ou não de uma escola na proximidade dos sítios de residência cria uma variável que influencia fortemente a mobilidade dos jovens, principalmente do sexo feminino. Peluso (op. cit.) estima que esse contato pode igualmente contribuir para a evolução de seus desejos (notadamente materiais), aspirações de um novo estilo de vida e para a criação de uma identidade diferente.

Aliás, sabe-se que a melhoria das condições de educação é um potente vetor de abandono das zonas rurais, muitas vezes devido à ausência de soluções locais (MAIA; BUAINAIN, op. cit.). Nesse sentido, a presença de uma escola nas proximidades, até mesmo nos próprios sítios de residência, terá consequências contraditórias: se permite, num primeiro momento, reforçar a presença dos jovens na comunidade (evitando dinâmicas de mobilidade pendular), num segundo momento, com o passar do tempo, poderá estar na origem de novas dinâmicas de migração. As migrações dos jovens constituem uma ameaça direta à sustentabilidade dos sítios rurais, uma vez que pressagiam, em médio ou longo termo, a diminuição das dinâmicas agroextrativistas, com o desaparecimento de sucessores que assumam as parcelas agrícolas (STEWART, 2007).

Constatando que, na maior parte dos ambientes familiares, os indivíduos apresentam perfis de distintas mobilidades, testamos a hipótese segundo a qual essa “combinação” de mobilidades no seio doméstico, associando indivíduos que circulam pouco com indivíduos que circulam frequentemente, estaria ligada a aspectos institucionais. Em outras palavras, espera-se dos sítios de modalidade fundiária coletiva mais rigor em termos de “direito à mobilidade” (MUTERSBAUGH, op. cit.; KLOOSTER, op. cit.) que dos sítios de propriedade individual, onde os residentes dispõem, *a priori*, de maior liberdade de circulação. Segundo nossa hipótese, essa diferença entre os estatutos fundiários e, conseqüentemente, entre as regras e normas locais, conduziriam as famílias a desenvolver estratégias de mobilidade baseadas na complementaridade de funções dentro do domicílio, como pôde ser observado em certos sítios florestais coletivos (ver NASUTI et al., op. cit.a, op. cit.b), enquanto certos indivíduos - que circulam pouco frequentemente - asseguram a ancoragem rural e o acesso aos recursos locais, outros - que circulam mais - asseguram o liame com a cidade e seus recursos.

A complementaridade de funções e, portanto, a associação de mobilidade fortes e fracas no seio familiar, é atestada pela grande maioria dos domicílios analisados. Todavia, não surge diferença significativa entre os arranjos fundiários; com efeito, os sítios de modalidade coletiva recorrem

somente com um pouco mais de frequência a estratégias complementares comparativamente aos sítios de propriedade individual. Dessa forma, a frequência apresenta-se elevada em ambos os casos: 69% dos domicílios de sítios coletivos têm estratégias de mobilidade complementar, contra 61% dos domicílios de sítios com propriedade individual.

O que isso significa? Que nos sítios coletivos não é necessário estabelecer regras específicas que enquadrem a mobilidade dos indivíduos ou, ao contrário, que essas regras estão presentes também nos sítios individuais, os quais apresentam estratégias similares? Outras pesquisas serão necessárias para aprofundar essa questão.

A distância entre sítios e centros urbanos e a facilidade de deslocamentos são variáveis que tendem a favorecer a primeira hipótese. Com efeito, os sítios analisados nessa segunda parte são todos situados a menos de 50 km da cidade, sendo que ida e vinda podem ser feitas em um dia de viagem, em transporte coletivo ou individual.

Por exemplo, um membro da família pode se deslocar todos os dias a cidade para trabalhar ou estudar sem que isso ponha em causa sua pertença à comunidade. Porém, uma vez que o transporte se torna problemático, o emprego urbano, os estudos ou os problemas de saúde demandam estadas contínuas fora da comunidade de origem. Essa ausência prolongada pode então ser interpretada como uma “partida” e levar à perda dos direitos de acesso e uso dos recursos comunitários. Nesse contexto, as estratégias domésticas baseadas na combinação de mobilidades individuais visam, sobretudo, aproveitar as potencialidades urbanas, sem colocar em causa os direitos comunitários (NASUTI et al., 2015a; NASUTI et al., 2013). Nos sítios menos distantes da cidade, como é o caso da nossa amostra, essa complementaridade assume outras funções ligadas, antes, à divisão clássica das tarefas no seio das famílias.

Todavia, isso não quer dizer que nenhuma regra enquadra a mobilidade dos habitantes nos sítios coletivos de nossa amostra, mas, sim, que essas regras se expressam em outra escala temporal e geográfica. Por exemplo, num dos sítios coletivos (Resex Ciriaco), uma regra estipula que os membros não se podem ausentar mais que 120 dias consecutivos, sob o risco de

perder o direito de cultivar uma parcela agrícola e seus direitos enquanto sócio. A estratégia mais frequente consiste então em deixar as mulheres no lugar, enquanto os esposos exercem ofícios urbanos nas grandes metrópoles nacionais, retornando e permanecendo no domicílio conjugal com frequência e duração variáveis (um a três meses, duas ou três vezes por ano). As esposas que desempenham o papel de “garantidoras” da presença familiar na parcela firmam a segurança fundiária no seio do dispositivo coletivo. Essa estratégia aproxima-se daquelas observadas em sítios mais distantes.

Tais estratégias refletem e atualizam o princípio de “reversibilidade da migração” (DOMENACH; PICOUET, 1987), associando essas práticas territoriais às noções de multiresidência e de multilocalidade (ELOY, 2005; PADOCH et al., 2008), bem como a uma forte complementaridade entre os espaços (GRANDCHAMP-FLORENTINO, 2001).

De um ponto de vista metodológico, ainda que o protocolo DURAMAZ conseguisse captar de maneira satisfatória o processo de circulação de curto termo e de curta distância, pode-se concluir que nossas enquetes não permitem captar de maneira fina a complexidade dos fenômenos das mobilidades, de multiresidência e de circulação entre cidade e campo. Com efeito, as estratégias migratórias familiares são construídas a partir da combinação de movimentos em várias escalas, temporais e espaciais. Recensear as estratégias residenciais implica, portanto, produzir instrumentos capazes de apreender os movimentos de longo e curto termo, bem como os movimentos de longa e curta distância.

De uma maneira geral, ainda que os estudos brasileiros sobre práticas migratórias constatem a importância de fenômenos de mobilidades e de circulação entre cidade e campo, a maior parte dos trabalhos lançam mão, principalmente, de recenseamentos, enquetes e contagens da população, cujos dados são produzidos em escalas geográficas e temporais insuficientes para dar conta desses movimentos. Isso posto, a abordagem por meio de mobilidades circulares é ainda pouco cultivada nos estudos sobre mobilidades internas em território brasileiro, a despeito de sua adequação à realidade local e de seu potencial analítico para explicar as relações migratórias, mudanças de práticas produtivas e desenvolvimento local.